

Crédito japonês com juro baixo

por Dirceu Brisola de Tóquio

É provável que não haja melhor negócio no mercado financeiro internacional do que tomar dinheiro a longo prazo nos bancos japoneses. A Tailândia, por exemplo, está negociando 60 bilhões de ienes (US\$ 360 milhões) com um sindicato de bancos liderado pelo Banco de Tóquio e pelo Industrial Bank of Japan (IBJ). A taxa cobrada por esses estabelecimentos nas transações de longo prazo tem um componente básico de 6,4% ao ano ("prime rate"), mais um acréscimo de 0,2% — o que, no final, dá um custo cerca de 2% inferior ao dos empréstimos dos bancos norte-americanos.

Pode-se argumentar que quem tomou empréstimos em ienes de setembro de 1985 para cá deu-se mal, porque a moeda japonesa teve uma valorização de mais de 35% em relação ao dólar. No entanto, essa bordada não atingiu aqueles que se garantiram contra o risco cambial e contrataram antecipadamente a compra de divisas por uma operação de "swap". Há bancos japoneses muito familiarizados com essa modalidade de operação.

"Nosso principal produto é o empréstimo de longo prazo, em ienes, com taxa fixa. O risco cambial pode ser evitado através do "swap", disse a este jornal o diretor executivo do Industrial Bank of Japan, Hideo Ishihara. O IBJ especializou-se nesse tipo de transação — chamada "swap-syndicated loan" no jargão bancário internacional — e atualmente vence qualquer concorrência desse tipo que dispute no mundo. "Ninguém tem condições de competir conosco em taxas", assegura Ishihara.

Essa oportunidade de obter financiamentos a custos favoráveis, porém, não

(Continua na página 20)

RECURSOS EXTERNOS

Crédito japonês com juro baixo

por Dirceu Brisola de Tóquio

(Continuação da 1ª página)
pode ser aprovada pela maior parte das instituições brasileiras. Enquanto o FMI não der sua aprovação ostensiva à política econômica do governo Sarney, os bancos japoneses não se animarão a realizar novos negócios com o Brasil.

Na opinião do diretor do Banco do Japão, Akira Kanno, nem mesmo a luz verde do FMI bastará, por si só, para que os japoneses voltem a operar com os grandes devedores do mercado internacional. "Os bancos vão analisar a decisão do FMI com muito cuidado para ver se não se trata de uma decisão política", diz Kanno. Se eles acharem que a luz verde foi dada por motivos políticos, e não econômicos, nada feito.

Isso não impede que os japoneses demonstrem aprovação pela forma como o Brasil tem administrado sua dívida e a economia em geral. "O que nós consideramos importante, acima de tudo", afirma Ishihara, "é que os recursos obtidos no exterior sejam aplicados nos países tomadores de forma produtiva."

FUGA DE CAPITAL

Ele acha que isso ocorre no Brasil, não se verificando em vários outros países devedores. "Os bancos não vão colaborar se houver fuga de capital", ameaça. Para eles, o pior problema das nações com grandes passivos externos é justamente o fato de que os empréstimos muitas vezes nem chegam até elas. "São desviados antes para apartamentos em Los Angeles ou contas bancárias em Nova York", reprova Ishihara.

Outro ponto favorável ao Brasil é o alto conceito de que desfruta a economia brasileira no Japão, principalmente pelo seu dinamismo e pela diversificação do seu parque industrial. "Todas as pessoas que trabalham no Brasil ou tiveram negócios com este têm uma opinião muito favorável ao país", garante Kanno, que se declara, ele próprio, muito impressionado com a capacidade de trabalho dos brasileiros.

Nas três vezes em que esteve no Brasil ele observou os ônibus lotados às 7 horas da manhã. "Aqui em Tóquio o rush começa às 8 horas", comenta.

Esse prestígio, entretanto, não chega a alterar o comportamento do banco dirigido por Kanno, e que exerce no Japão as funções de banco central. Em relação à questão da dívida internacional, os bancos japoneses agem com extrema cautela. "Eles notam que a situação do Brasil melhorou muito, mas são incapazes de tomar qualquer iniciativa sem o referendo expresso do FMI", diz uma fonte diplomática brasileira com bastante experiência em Tóquio.

Essa atitude extremamente conservadora deixa uma pergunta sem resposta. De que forma o Japão, na sua condição de maior depositário mundial de recursos líquidos, com um superávit de US\$ 50 bilhões no balanço de pagamentos do ano fiscal de 1985, vai contribuir para solucionar a questão do débito internacional?

Segundo Akira Kanno, isso acontecerá de três formas: 1) oferta de financiamentos a juros baixos, proporcionada por altos índices de desenvolvimento econômico; 2) um aumento das importações, impulsionado por uma revisão estrutural da economia japonesa; 3) apoio ao Plano Baker, que prevê o empréstimo de US\$ 20 bilhões às quinze nações mais endividadas do mundo nos próximos três anos.

CONSUMO

Na verdade, essa contribuição japonesa para a solução do problema da dívida dos países em desenvolvimento vai depender, em grande parte, da imple-

mentação das medidas recomendadas por uma comissão de assessoramento direto do primeiro-ministro, Yasuhiro Nakasone, presidida pelo ex-governador do Banco do Japão, Haruo Maekawa. Esse grupo de trabalho, conhecido como Comissão Maekawa, propôs no início de abril uma violenta reformulação da economia japonesa com a finalidade de aumentar o consumo interno, o grau de bem-estar e, naturalmente, as importações do país.

O Japão alcançou no ano passado um superávit comercial correspondente a 3,6% do seu PNB — um desempenho considerado inaceitável pelos seus principais parceiros, particularmente os Estados Unidos. De acordo com a Comissão Maekawa, essa situação tornou-se crítica não só para a administração da economia japonesa como também "para o harmônico desenvolvimento da economia mundial".

O tom do documento produzido pela Comissão Maekawa é dramático. Clama por uma "transformação histórica das políticas tradicionais", sem a qual "não haverá futuro desenvolvimento para o Japão". Apesar disso, falhou em estabelecer metas específicas, um programa concreto, prazos para a realização desse objetivo e, dessa forma, alimentou a permanente desconfiança de que se trate de mais uma promessa vã, como tantas outras que foram feitas pelos japoneses apenas para apaziguar temporariamente os ânimos de parceiros comerciais irritados com a sua agressiva política de vendas. "Só raramente a retórica está dotada de alguma especificação", comentou Charles Smith, da Far Eastern Economic Review.

POLÍTICA

Embora seja fácil prever que não será a pura retórica suficiente para conseguir fazer os japoneses trabalharem menos, gastar mais e abandonar uma arraigada obsessão pela conquista de mercados externos, muita gente, entre a qual se inclui o ex-ministro Delfim Netto, crê que desta vez as promessas japonesas serão cumpridas e a economia do Japão será realmente reestruturada. Essa crença, da parte de Delfim, por exemplo, deriva da convicção de que os Estados Unidos converteram a questão do déficit com os japoneses em uma questão moral. "Quando os americanos acham que a questão é moral, não há quem resista à pressão deles", diz Delfim.

Outro indício de que desta vez a reestruturação econômica será levada a cabo é o projeto político pessoal do próprio Nakasone, que está aparentemente em busca de um terceiro mandato como primeiro-ministro. Esse terceiro mandato abre um precedente na política japonesa, já que nenhum antecessor de Nakasone o obteve. Para almejar isso ele teria de hastejar uma bandeira histórica de salvação nacional, só oferecida atualmente pelo relatório Maekawa.

Não é sem razão que a comissão é de assessoramento pessoal do primeiro-ministro. A sua manutenção no cargo explicaria para o mundo o desejo do Parlamento japonês de transformar a reestruturação em "objetivo nacional" — que vem a ser a única forma de realizá-la, ainda que parcialmente.

EXPORTAÇÃO

As conseqüências práticas de uma substancial alteração de tendência da segunda maior economia capitalista do mundo seriam nada menos que gigantescas e abririam uma luminosa perspectiva para os exportadores brasileiros, particularmente de produtos primários. Um quilo de carne, no Japão, custa US\$ 50 e um mamão papaya custa US\$ 5.

Em fevereiro passado, o superávit comercial japonês chegou a US\$ 3,94 bilhões, um novo recorde. Tudo indica que, no corrente ano, esse excedente será superior ao de 1985, em decorrência da valorização do iene. Como observa um dos críticos do relatório Maekawa, o economista Josen Takahashi, do Mitsubishi Research Institute, a única forma de reverter essa tendência é "fixar um ano-alvo", no qual o Japão deve reduzir seu superávit a zero. Para cumprir essa promessa o país teria de colocar muita ênfase nas importações e encaminhar, nesse sentido, o imenso potencial de que dispõe o seu sistema bancário, o que certamente criaria no Extremo Oriente a melhor oportunidade de negócios deste final de década.